



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 083/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 027/2024, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 Pr., doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **JAIR RODRIGUES DE BESSA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.704.268/0001-20, estabelecido na Av. José Bonifácio, 1008- Centro- São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por seu titular o Sr. Jair Rodrigues de Bessa, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº 7.224.495-8 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 024.781.549-78, residente e domiciliado na Av. José Bonifácio, 1893 – Centro – São José das Palmeiras/PR, doravante denominado **CONTRATADO**, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira – Do objeto - aquisição de materiais de construção e elétricos, para atender as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - PR.

Cláusula Segunda – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº 027/2024 quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira - O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira é o seguinte: R\$ 27.506,50 (vinte e sete mil, quinhentos e seis reais e cinquenta centavos). As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias **O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos** mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais; 6) Certidão de Débitos Trabalhistas. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesjp@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro- O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Quinto : Em virtude da IN nº 2145/23 da RFB, publicada no último dia 27 de junho, alterou a IN nº 1234/12 da RFB, bem como o Decreto Municipal n.º 086/2023, a administração pública direta municipal, ao efetuar o pagamento a fornecedores, referente a qualquer mercadoria ou serviço



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



contratado ou prestado, procederá a retenção do imposto de renda (IR) a partir de 01 de setembro de 2023.

Paragrafo Sexto: Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais elencados no capítulo III da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Paragrafo Sétimo: As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega dos produtos será (ão) no prazo de 15 (Quinze) dias a contar do recebimento da requisição de compra e a vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado pela Administração.

Parágrafo Primeiro: Os produtos serão deverão ser entregues no endereço da Secretaria Solicitante.

Parágrafo Segundo: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias.

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	170	02.001.04.122.0002.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	240	02.002.04.121.0002.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	370	03.001.04.122.0002.2018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	490	03.001.04.122.0002.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	860	05.001.12.361.0004.1026	103	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2024	1130	05.001.12.361.0004.2033	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1240	05.001.12.361.0004.2034	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1250	05.001.12.361.0004.2034	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1460	05.001.12.365.0004.2035	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1700	05.001.12.365.0004.2040	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1920	05.002.13.392.0005.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1970	05.002.13.392.0006.2046	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2040	06.001.10.301.0007.2047	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2100	06.002.10.301.0007.1049	303	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2024	2190	06.002.10.301.0007.2051	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2660	06.002.10.301.0007.2059	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3180	07.001.15.451.0008.1066	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2024	3300	07.001.15.452.0008.2069	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3310	07.001.15.452.0008.2069	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3440	07.001.15.452.0008.2071	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2024	3450	07.001.15.452.0008.2071	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3460	07.001.15.452.0008.2071	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3470	07.001.15.452.0008.2071	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3480	07.001.15.452.0008.2071	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3650	07.002.26.782.0009.2072	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3660	07.002.26.782.0009.2072	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3670	07.002.26.782.0009.2072	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3680	07.002.26.782.0009.2072	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3690	07.002.26.782.0009.2072	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3810	08.002.17.511.0010.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3850	08.002.20.606.0010.1077	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2024	3880	08.002.20.606.0010.2079	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3960	08.002.20.606.0010.2080	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3970	08.002.20.606.0010.2080	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3990	08.002.20.606.0010.2080	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4110	09.001.08.244.0012.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4300	09.002.08.244.0012.2086	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4350	09.002.08.244.0012.2087	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4550	09.003.08.243.0012.2092	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4620	09.003.08.243.0012.2093	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4690	09.003.08.243.0012.2094	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4800	09.005.08.241.0012.2096	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;

III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;

V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão:

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas no (s) artigo (s) 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Oitava: Da cessão:

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona:

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida **pelo Sr. Douglas de Alencar Colombelli** ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA..

Cláusula Decima – Da Fraude e da Corrupção

I. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro. E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

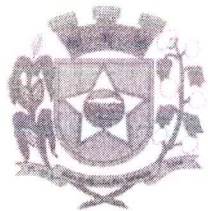
São José das Palmeiras, em 22 de agosto de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
(Nelton Brum)
Contratante

JAIR RODRIGUES DE BESSA
(Jair Rodrigues de Bessa)
Contratada

Testemunhas: _____

Testemunhas: _____



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 083/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 027/2024.**

OBJETO: Aquisição de materiais de construção e elétricos, para atender as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - PR.

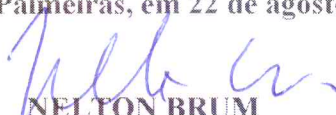
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADA: JAIR RODRIGUES DE BESSA

VALOR: R\$ 27.506,50 (vinte e sete mil, quinhentos e seis reais e cinquenta centavos) até o término do contrato

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 31 de agosto de 2025.

São José das Palmeiras, em 22 de agosto de 2024.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal